



PARTE A

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Secretaria-Geral

Despacho n.º 9715/2008

Por despacho do Secretário-Geral da Presidência da República, de 11 de Março de 2008, foi autorizada a mudança de nível, com efeitos

à data do despacho e precedendo procedimento interno de selecção, do técnico de informática grau 1, nível 2, Rui António Gomes d' Almeida, do quadro de pessoal da Secretaria-Geral da Presidência da República. (Não está sujeito a fiscalização prévia do Tribunal de Contas).

17 de Março de 2008. — O Secretário-Geral, *Arnaldo Pereira Coutinho*.



PARTE C

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Secretário de Estado Adjunto
e da Administração Local

Despacho n.º 9716/2008

Ao abrigo do Despacho n.º 15.896/2007, de SS. Ex.ª o Primeiro-Ministro, publicado na 2.ª série do *Diário da República*, de 24 de Julho

de 2007, autorizo a celebração de contratos-programa com os municípios nos quais equipamentos públicos foram significativamente afectados por intempéries, com base na avaliação feita pelos Secretários de Estado da Protecção Civil e do Ordenamento do Território e das Cidades, com a comparticipação de 50% nos casos identificados em anexo.

Determino ainda a publicação do presente despacho e respectivo anexo no *Diário da República*, ao abrigo do n.º 7 do artigo 8.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro.

28 de Dezembro de 2007. — O Secretário de Estado Adjunto e da Administração Local, *Eduardo Arménio do Nascimento Cabrita*.

Municípios	Descrição dos Projectos	Investimento Elegível	Taxa	Comparticip. Total	Comparticip. em 2008	Comparticip. em 2009
Águeda	Requalificação do Largo 1º de Maio/Botaréu	513.499,00	50	256.749,00	256.749,00	
Arganil	Beneficiação de acessibilidades ao Piódão	764.339,00	50	382.170,00	382.170,00	
Tomar	Obras de recuperação e manutenção de pontes, pontões, caminhos e estradas — intempéries 2006	1.275.089,00	50	637.545,00	637.545,00	
Torres Vedras	Execução de muros de contenção em taludes e arribas em Santa Cruz	336.504,00	50	168.252,00	168.252,00	
Alcácer do Sal	Reabilitação e consolidação de equipamentos municipais danificados face às intempéries — Dezembro/2006	315.994,00	50	157.997,00	157.997,00	
Santiago do Cacém	Reparação da Estrada Municipal 526 em Alvalade — intempéries 2006-2007	1.086.482,00	50	543.241,00	271.620,00	271.621,00
Odemira	Recuperação das infra-estruturas danificadas pelas cheias no concelho de Odemira — Novembro 2006	1.800.916,00	50	900.458,00	900.458,00	
<i>Total</i>		6.122.823,00		3.046.412,00	2.774.791,00	271.621,00

Agência para a Modernização Administrativa, I. P.

Rectificação n.º 714/2008

Na sequência da publicação integral da deliberação, de Delegação de Competências do Conselho Directivo da AMA, I.P., nos gerentes dos Centros de Formalidades das Empresas (CFE), com o n.º 777/2008 na 2.ª série do *Diário da República*, n.º 55, de 18 de Março de 2008, pág. 11801, verifica-se que a mesma saiu com um erro material, decorrente do processo interno de publicação electrónica, o qual se rectifica, nos termos e com os efeitos previstos no artigo 148.º do Código de Procedimento Administrativo.

Assim, onde se lê:

“... Nuno Dinis — CFE de Aveiro; ...”

deverá ler-se:

“... Marina Cláudia Pino — CFE de Aveiro; ...”

e, onde se lê:

“... Maria Lisete Pinto — CFE de Lisboa; ...”

deverá ler-se:

“... Lisete Maria Santos — CFE de Lisboa; ...”

20 de Março de 2008. — O Conselho Directivo: *Anabela Pedroso*, presidente — *Pulquéria Lúcio*, vogal — *Cristina Bento*, vogal.

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS E MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL.

Despacho n.º 9717/2008

Nos termos conjugados do n.º 2 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 223/2007, de 30 de Maio, dos artigos 19.º, 20.º e 25.º da Lei n.º 3/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 105/2007, de 3 de Abril, do artigo 15.º e n.º 2 do artigo 42.º do Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de Março, e do n.º 11 da RCM n.º 29/89, de 26 de Agosto, sob proposta da assembleia comum de participantes, determina-se que:

1 — É nomeado vogal executivo do conselho directivo do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I. P. (IHRU, I. P.), o licenciado Mário Manuel Pereira Gomes de Abreu, com remuneração equiparada a vogal do conselho de administração de empresa pública do grupo A, nível 1.

2 — A presente nomeação fundamenta-se na experiência profissional do ora nomeado e na reconhecida aptidão do mesmo para o desempenho

das funções inerentes ao respectivo cargo, tal como atesta, de resto, a respectiva nota curricular, que é publicada em anexo ao presente despacho e do qual faz parte integrante.

3 — A presente nomeação produz efeitos a partir de 17 de Março de 2008.

18 de Março de 2008. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*. — O Ministro de Estado e das Finanças, *Fernando Teixeira dos Santos*. — O Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, *Francisco Carlos da Graça Nunes Correia*.

ANEXO

Nota da síntese curricular

Mário Manuel Pereira Gomes de Abreu

Titular do lugar de assessor principal do Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais (GPEARI) do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. Presidente do conselho do colégio de especialidade de Economia Política e membro do conselho geral da Ordem dos Economistas.

Habilitações académicas e formação complementar:

— Licenciatura em Economia, pelo Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras (ISCEF), da Universidade Técnica de Lisboa, com a classificação final de *Bom*;

— curso de especialização em Gestão de Sistemas Estatísticos e Contabilidade Nacional, no Bureau of Economic Analysis, Department of Commerce, EUA;

— Diversos cursos de formação profissional e estágios, designadamente nas áreas de Gestão, Políticas Comunitárias e Políticas de I&DT e Inovação, em instituições nacionais e internacionais.

Experiência profissional:

— Controlador financeiro do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional (MAOTDR) (desde Março de 2006);

— Vice-presidente do Instituto Nacional de Investigação Agrária e das Pescas (INIAP) (Novembro de 2002 a Março de 2006);

— Chefe de gabinete do Ministro da Economia do XIV Governo Constitucional (Julho de 2001 a Abril de 2002);

— Secretário-geral da RAVE — Rede Ferroviária de Alta Velocidade, S. A. (Abril-Julho de 2001 e Abril-Novembro de 2002);

— Assessor principal do Instituto de Cooperação Científica e Tecnológica Internacional (ICCTI) — Ministério da Ciência e Tecnologia (2000);

— Chefe de gabinete do Secretário-Adjunto para a Coordenação Económica do Governo de Macau (Setembro de 1996 a Dezembro de 1999);

— Vice-presidente do Instituto Nacional de Engenharia e Tecnologia Industrial (INETI) (1989-1996);

— Vice-presidente da Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica (JNICT) (1985-1989);

— Subdirector-geral do Departamento Central de Planeamento (DCP) (1982-1985);

— Membro do conselho de direcção do Instituto Nacional de Estatística (INE) (1977-1982);

— Chefe do Gabinete do Secretário de Estado do Planeamento do I Governo Constitucional (1976-1977);

— Professor das disciplinas de Planeamento e Economia Portuguesa no Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa e na Escola Superior de Estudos Sociais e Económicos, da Universidade de Évora (1974-1976);

— Chefe do Serviço de Contabilidade da ex-Fábrica Militar de Braço de Prata (actual INDEP) (1973-1974).

Outras actividades e referências curriculares:

Ao longo da sua carreira profissional, tem integrado diversas comissões, grupos de trabalho e delegações, tanto a nível nacional, como internacional.

Tem organizado e participado num vasto número de conferências e seminários, internacionais e nacionais, assegurado a coordenação e monitoragem de diversos cursos e é autor de diversos trabalhos e artigos em domínios da sua especialidade, designadamente nas áreas das políticas económica, industrial, científica, tecnológica e de inovação.

Foi agraciado com o grau de grande oficial da Ordem do Mérito e possui diversos louvores pelas funções desempenhadas e trabalhos realizados.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Gabinete do Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação

Despacho n.º 9718/2008

Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, exonero, a seu pedido, Raquel Maria Martins de Freitas das funções de assessora do meu Gabinete com efeitos a partir de 1 de Março de 2008.

14 de Março de 2008. — O Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, *João Titterington Gomes Cravinho*.

Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento, I. P.

Despacho (extracto) n.º 9719/2008

Por despachos de 27 de Fevereiro e 14 de Março de 2008, respectivamente da Directora-Geral do Livro e das Bibliotecas e do Vice-Presidente do Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento:

Maria Madalena Melício Forjaz de Sampaio, assessora principal da carreira técnica superior do quadro de pessoal da Direcção-Geral do Livro e das Bibliotecas — transferida para a mesma categoria e carreira do quadro de pessoal do ex-Instituto da Cooperação Portuguesa, escalão 4, índice 900, com efeitos à data da aceitação do lugar, nos termos do artigo 4.º da lei n.º 53/2006, de 07 de Dezembro.

(Isento de visto prévio do Tribunal de Contas).

14 de Março de 2008. — O Vice-Presidente, *Artur Lami*.

Despacho (extracto) n.º 9720/2008

Por despacho de 14 de Março de 2008.

Elisabete Marlene da Costa Fernandes, Cabo-Adjunto, em regime de contrato, na qualidade de agente administrativo, nos termos do artigo 45.º do Regulamento da lei do Serviço Militar, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 289/200, de 14 de Novembro e Vanessa Filipe da Silva Tomás do quadro de pessoal da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, — Nomeadas definitivamente, precedendo concurso, assistente administrativo principal, da carreira administrativa, do quadro de pessoal do ex-Instituto da Cooperação Portuguesa, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 41.º, do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, n.º 8 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 07 de Dezembro, o artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 184/89, de 26 de Junho, conjugado com o artigo 117.º, n.º 6 da lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, e alínea c) do artigo 114 do do Decreto-Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto, sendo ambas, posicionadas no escalão 01, índice 222, da categoria de assistente administrativo principal. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas)

14 de Março de 2008. — O Vice-Presidente, *Artur Lami*.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Gabinete do Secretário de Estado do Tesouro e Finanças

Despacho n.º 9721/2008

Nos termos do disposto nos artigos 3.º e 9.º da Lei Orgânica do XVII Governo Constitucional, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 79/2005, de 15 de Abril, e alterada pelos Decretos-Leis n.º 11/2006, de 19 de Janeiro, 16/2006, de 26 de Janeiro, 135/2006, de 26 de Julho, 201/2006, de 27 de Outubro, e 240/2007, de 21 de Junho, ao abrigo do disposto nos artigos 35.º a 37.º do Código do Procedimento Administrativo, no n.º 5 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 37/2007, de 19 de Fevereiro, e nos termos da alínea a) do n.º 1.1 e do n.º 3 do despacho n.º 19 634/2007, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 167, de 30 de Agosto de 2007, do Ministro de Estado e das Finanças, subdelego no conselho de administração da Agência Nacional de Compras Públicas (ANCP, E. P. E.), a competência para a prática dos seguintes actos:

1.1 — No âmbito das atribuições de aprovisionamento público:

a) Aprovar as alterações às condições de aprovisionamento de bens e serviços homologadas nos termos do n.º 2 do artigo 6.º do Decreto-Lei